

# NOVOS AGENTES SOCIAIS E A AGENDA 2020: A HABILIDADE SOCIAL E A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES EMPRESARIAIS<sup>1</sup>

GT33

Rodrigo Campos Dilelio  
rodrigo\_campos@hotmail.com

## Resumo

A Agenda 2020 é composta por dezenas de entidades representativas da sociedade gaúcha e cabe às federações empresariais, da indústria, do comércio, do agronegócio, a condição de protagonistas neste que aqui será tomado como um Espaço Público. A análise das motivações e a forma como são construídas as identidades coletivas pelas quais diferentes agentes empresariais mobilizam segmentos da sociedade gaúcha em favor de um projeto de desenvolvimento econômico e social, constitui-se como área de interesse da sociologia, e mais recentemente, do campo da sociologia econômica.

**Palavras chave:** agentes empresariais; globalização; desenvolvimento.

## Resumen

La Agenda 2020 se compone de decenas de organizaciones que representan a la sociedad gaucha y corresponde a las federaciones empresariales representadas en la industria, el comercio, la agroindustria, los protagonistas de esta iniciativa que aquí se tomará como un “espacio público”. El análisis de las motivaciones y cómo se construyen las identidades colectivas en que los diferentes agentes empresariales gauchos movilizan segmentos de la sociedad a favor de un proyecto de desarrollo económico y social, es al mismo tiempo, un área de interés de la sociología, y más recientemente, el campo de la sociología económica.

**Palabras clave:** agentes empresariales, la globalización, el desarrollo.

## Introdução

O presente artigo busca discorrer sobre a ação dos agentes empresariais no contexto de formação e implementação de uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul. As unidades de análise do presente estudo<sup>2</sup> consistem nas quatro principais federações empresariais do Estado do Rio Grande do Sul: FARSUL, FECOMERCIO, FEDERASUL e FIERGS.

A análise da contribuição dessas federações no âmbito da Agenda 2020 é feito através de processo indutivo, método pelo qual foi verificado na realidade social um problema de pesquisa. O interesse científico seria encontrar diferenças e semelhanças entre concepções de desenvolvimento econômico e a representação dessas concepções quando analisadas nas dimensões do mercado global, do Estado, da participação social e do meio ambiente, a partir das propostas elaboradas no contexto da Agenda 2020.

---

<sup>1</sup> Estudo realizado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

<sup>2</sup> Artigo síntese do Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 13 de Julho de 2012.

O trabalho de campo foi desenvolvido entre os dias 5 de maio e 9 de setembro de 2011, período em que realizou-se seis entrevistas semi-estruturadas. Em duas destas entrevistas, os interlocutores optaram por não autorizar a gravação de áudio, e sendo assim, os dados coletados foram registrados em diário de campo.

O critério para a escolha dos informantes/entrevistados (10 pessoas, divididas em 5 entrevistas) obedeceu o seguinte itinerário:

- 1) Relação direta com alguma federação empresarial ao longo da respectiva carreira; na condição de dirigente executivo da instituição, membro do conselho de ex-presidentes ou diretoria.
- 2) Participação ativa na Agenda 2020, ainda que cada um possa ter desenvolvido ao longo do processo da Agenda, intensidade diferente de participação.

Em face da valorização do perfil técnico das contribuições empresariais, em pelo menos duas entrevistas, os dirigentes estiveram acompanhados de assessores técnicos que prestaram contribuição significativa, sobretudo para uma melhor compreensão daquilo que os dirigentes da Agenda 2020 afirmam como caráter voluntário de participação.

Entre os dirigentes empresariais entrevistados pelo menos dois exerceram a condição de presidente de instituições de representação empresarial (associações/sindicatos), sendo que esses ainda integram os conselhos administrativos, tanto da Pólo RS quanto das federações em que atuaram. Os demais constituem a diretoria executiva das respectivas federações, e, dado o caráter reservado das informações, serão identificados como informantes.

A ordem das entrevistas é utilizada como referência para a identificação dos informantes, considerando o seguinte esquema:

- A entrevista realizada em 23 de maio de 2011, nas dependências da Câmara dos Deputados em Brasília, corresponde ao “informante 1” e a federação empresarial em que atuou é aquela vinculada ao comércio varejista, a FECOMÉRCIO;

- A entrevista realizada em 14 de julho de 2011, nas dependências de uma das federações empresariais, corresponde ao “informante 2”. Cabe ressaltar que nessa entrevista também houve a presença de dois informantes, um homem e uma mulher, que atuaram no processo de construção da Agenda 2020 na condição de consultores técnicos, sendo que ambos atuam como técnicos na FECOMÉRCIO. Aqui, portanto, o informante 2 será tratado em conjunto, no sentido de representar as posições dessa federação empresarial;

- A entrevista realizada em 19 de julho de 2011, nas dependências da sede da Pólo-RS, corresponde ao “informante 3”. Trata-se de um dos principais assessores técnicos da Agenda 2020, responsável pela memória coletiva do processo de constituição da Agenda;

- A entrevista realizada em 20 de julho de 2011, nas dependências FEDERASUL, corresponde ao “informante 4”;

- A entrevista realizada em 11 de agosto de 2011, nas dependências da FARSUL, refere-se ao “informante 5”. Faz-se necessário destacar que o informante, dirigente empresarial, esteve acompanhado por mais de um assessor em momentos distintos da entrevista, todos na condição de assessores técnicos e participantes dos fóruns da Agenda;

- A entrevista realizada em 9 de setembro de 2011, no escritório particular de um dos dirigentes executivos da FIERGS, corresponde ao “informante 6”.

A pesquisa ainda tomou como referência uma observação de campo e uma incursão/diligência em repartição pública. A observação de campo deu-se na ocasião da instalação da Câmara Temática de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, que funciona no âmbito do Conselho de

Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul<sup>3</sup> (CDESRS). Os dados constantes no capítulo 2 a respeito dos dispêndios com pesquisa científica e desenvolvimento foram extraídos a partir da exposição realizada nessa mesma ocasião pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Cléber Cristiano Prodanov<sup>4</sup>.

### **Aspectos do debate recente sobre o desenvolvimento e a ação empresarial**

Os estudos sobre o tema tendem a conceber o universo empresarial de forma homogênea, supondo uma “ideologia” comum à classe empresarial. Apesar da importância e das contribuições dessa literatura (ALTHUSSER, 1992; POULANTZAS, 1971; 2000), a ideia seria explorar a complexidade e a diversidade de pontos de vista nesse universo, enfocando sociologicamente a perspectiva dos agentes empresariais que corresponde aos distintos interesses existentes no campo empresarial.

Procurando evitar a supervalorização de determinações estruturais, propõe-se analisar os conflitos e a cooperação entre os agentes a partir do conceito de Habilidade Social (FLIGSTEIN, 2009).

Pode-se supor, a título de exemplo, que grandes e pequenos empresários tenham interesse e projetos de desenvolvimento distintos e o mesmo ocorrendo entre setores produtivos tradicionais e os mais dinâmicos da economia, ou ainda, entre setores voltados preponderantemente para o mercado interno e aqueles mais integrados à economia globalizada.

Na esteira do processo de consolidação da democracia brasileira e dos espaços públicos, agentes empresariais passam a adotar uma estratégia de ação concatenada com a sociedade civil, de modo a arregimentar apoio a sua pauta de reivindicações junto ao Estado. Nessa perspectiva, a busca pela qualificação da mão de obra, o incremento da infra-estrutura e o equilíbrio nas contas públicas, que em geral são representativas da agenda de responsabilidades do Estado, quando não bem atendidas por ele, redundam em aumento nos custos de produção e, conseqüentemente, perda de competitividade perante o mundo globalizado.

Nesse caso, a globalização envolve políticas de desenvolvimento econômico que visam à integração de setores produtivos nacionais às cadeias globais de produção e consumo, podendo, desse modo, ativar forças e capacidades dos atores locais, dinamizando economias regionais, gerando novos empregos e atividades, exigindo novos conhecimentos e qualificações de empresas e de trabalhadores, diversificando mercados de trabalho locais e requerendo novas instituições sociais e políticas (Garcia, 2006, pg.94).

Outra dimensão no debate atual sobre desenvolvimento refere-se, para além dessa face dominante da representação do capitalismo informacional (Castells, 1999), corresponde às implicações

---

<sup>3</sup> O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um espaço público não estatal que tem o papel de analisar, debater e propor diretrizes para promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul. É órgão consultivo do governador e integra o Sistema Estadual de Participação Cidadã. Busca intensificar o diálogo e a concertação, fortalecendo a democracia no Estado. Tem em sua constituição a pluralidade da sociedade gaúcha, num ambiente de reflexão, trânsito de ideias, reconhecimento das diferenças na busca de consensos. Fonte: Termo de referência para instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul ([www.cdes.rs.gov.br](http://www.cdes.rs.gov.br) – acesso em 19/11/2011).

<sup>4</sup> Segundo o informante 3, o secretário Prodanov foi colaborador assíduo dos fóruns temáticos da Agenda 2020 até ser convidado para tornar-se Secretário de Estado.

do aquecimento global, acabando por introduzir outros elementos para novos processos de desenvolvimento, sobretudo vinculados a idéia de “Governança” (Giddens, 2009).

Por seu turno, o ciclo de desenvolvimento aberto com as *reformas estruturais* (Stiglitz, 2001) conhecidas como produto do Consenso de Washington<sup>5</sup>, é que o Estado e o mercado convivem em estreita cumplicidade. A chave do processo consiste na permeabilidade destes dois agentes à sociedade civil, de modo que seja projetada uma governança, que elimine do âmbito político, as diferenças que marcaram a esquerda e a direita em nome de uma agenda civilizatória.

Considerando-se uma hipotética diversidade de interesses empresariais, as recentes contribuições de Neil Fligstein (2009) tornam-se particularmente úteis. Segundo Fligstein (2009), a reprodução dos campos sociais componentes do sistema capitalista (Economia, Cultura, Mercado e Política) depende do desempenho habilidoso dos atores no sentido de identificar diferentes interesses e induzir a cooperação para sua reprodução. O indicador decisivo dessa ação habilidosa é o estabelecimento de identidades coletivas como motivação para ação.

### **Sociedade Civil: novos atores para novos desafios**

O estudo da Agenda 2020 torna-se relevante porque expressa uma mobilização liderada por agentes empresariais no sentido de elaborar um projeto comum de desenvolvimento para o estado do RS.

A experiência é significativa sobre o pensamento e a diversidade empresarial, embora não seja estatisticamente representativa dessa classe. Seria curioso compreender a diversidade de interesses, valores e projetos dos agentes empresariais, assim como conhecer como prevalecem alguns pontos de vista em detrimento de outros, no interior dessa agenda de desenvolvimento. Ademais, seria interessante saber com quem esses empresários se propõem a discutir o desenvolvimento do estado. Nesse caso, quem, como e por que, consegue impor seu projeto de desenvolvimento na Agenda 2020?

Com base em pesquisa de campo junto a agentes empresariais, percebe-se certa acomodação com as determinações sócio históricas da democracia, o que os têm levado a tomar parte ou estimular a criação de governanças locais, no sentido de promover, a partir dos agentes empresariais, espaços de convergência com trabalhadores organizados e instâncias do poder público, consórcios, câmaras e agências. Segundo Costa Lima (2009) esses espaços são marcados pela ação propositiva de diferentes agentes sociais e estão, normalmente orientados para a formulação de um projeto de desenvolvimento econômico.

O caso da articulação empresarial para fins de incidência no debate sobre desenvolvimento econômico e social no quadro dos anos 1990 é um fundo histórico interessante para fins de observação de relações causa efeito, pois teve como principal reflexo uma intensa concorrência entre os Estados brasileiros e que disputavam a atração de novos investimentos estrangeiros, processo conhecido como *guerra fiscal*.

A mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em favor de uma política de financiamentos, subsídios e renúncias fiscais às empresas automobilísticas se colocou dentro desse quadro de acirramento da competição dos principais Estados pelos investimentos estrangeiros realizados na década de 1990 no Brasil (CADONÁ, 2009).

---

<sup>5</sup> Consistiu num acordo entre o FMI, Banco Mundial e o *Federal Reserve System* (o banco central dos EUA) sobre quais seriam as condicionantes para a concessão de empréstimos por parte do sistema financeiro internacional aos governos nacionais que buscavam recursos para financiar políticas de desenvolvimento ou para o resgate de economias em crise (STIGLITZ, 2001). Esse termo também é conhecido como “consenso neoliberal”, responsável, no caso brasileiro, pelo programa de privatizações de diversos setores da economia durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999).

A imposição da competitividade via subsídios fiscais caracterizou uma primeira e nova etapa de reorganização do Estado no seu sentido mais amplo. Entre os anos de 1995-1996, empresários tendo a frente Jorge Gerdau Johampeter desencadearam uma ampla e pública ofensiva em favor de uma agenda econômica para libertar o Brasil das amarras de um Estado burocrático desenvolvimentista. Segundo Eli Diniz

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), sob a direção de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, (*os empresários*) revelaram alta concordância com as prioridades da agenda pública, principalmente no tocante às chamadas reformas estruturais. Em maio de 1996, uma caravana de cerca de 3000 empresários, comandada pelas principais entidades de classe deslocou-se para Brasília a fim de apoiar o governo em seus esforços junto ao Congresso Nacional para aprovar as reformas constitucionais<sup>6</sup> (DINIZ, 2010).

Fica evidente, a partir deste episódio, que a premissa para o sucesso da ação habilidosa designada por Fligstein (2009) é o estabelecimento de identidades coletivas como motivação para ação. As ações hábeis revelam-se especialmente na dimensão local da vida social, embora a exemplificação se reporte a um episódio nacional. Sendo assim, o estudo sobre a reprodução dessas estruturas de articulação com base na habilidade social dos agentes é uma oportunidade adequada para compreender a influência do local e do regional nas formações sociais mais amplas, como o Estado nação ou nas unidades federativas (no caso brasileiro).

### **Fligstein e a habilidade social**

O conceito de *habilidade social* é aplicável a uma série de fenômenos sociológicos que compartilham características comuns: movimentos sociais (luta política organizada), ONG's, empresas, e demais movimentos reivindicatórios. Essa teoria serve para encontrar os “empreendedores” e examinar suas táticas, como eles divulgam suas idéias, como constroem coalizões políticas e como persuadem os outros a admitir novas identidades. A criação de instituições é o resultado da interação social entre atores se confrontando em campos ou arenas. Atores com recursos podem utilizar instituições para reproduzir sua posição. Atores sem recursos podem utilizar as regras existentes de forma a criar novas instituições.

Considerando a formação de identidades coletivas como primeira etapa no processo organizativo dos segmentos empresariais para fins de incidência no debate sobre desenvolvimento econômico e social, a institucionalização constituir-se-ia na segunda etapa. Nela as regras passam de combinações não oficiais, abstrações, à organização de padrões de interação nos diferentes campos de atuação e entre os agentes. Os empreendedores de idéias, em grande medida, são os responsáveis por essas iniciativas.

É nesse novo cenário que os empresários gaúchos, a despeito da diversidade de seus interesses e visões sobre o desenvolvimento econômico, buscam apoio da sociedade civil e cumplicidade das instâncias do poder público à suas demandas.

### **Constituição e dinâmica da Agenda 2020**

---

<sup>6</sup> O chamado “plano de desestatização”.

A Agenda 2020 constitui-se numa iniciativa das principais federações empresariais, somando-se dezenas de entidades da sociedade civil e instituições públicas. Seu objetivo central e permanente é a manutenção de um espaço plural voltado à construção de propostas para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Ilustração 1 – Federações Empresariais e suas respectivas bases de representação

<b>FEDERAÇÕES EMPRESARIAIS</b>	<b>PERFIL DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS</b>	<b>Exemplificação de entidades representadas</b>
<b>FARSUL</b>	*Sindicatos rurais municipais e/ou regionais; *Associações de criadores de animais.	*Sindicato Rural de Bagé;  *Associação de Criadores de Avestruzes do Rio Grande do Sul.
<b>FECOMERCIO</b>	*Sindicatos filiados no segmento do comércio varejista e atacadista; *Agentes Autônomos de Comércio e turismo;	*Sindicato do Comércio Atacadista de Álcool e Bebidas em Geral no Estado do Rio Grande do Sul.
<b>FEDERASUL</b>	*Associações empresariais de todos os setores da economia: indústria, comércio, serviço e agricultura.	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária Capela de Santana/RS.
<b>FIERGS</b>	*Sindicatos patronais de todos os segmentos da indústria.	Sindicato Empresas Refeições Coletivas da Região Nordeste do RS.

A construção da Agenda 2020 deu-se através de um processo de reflexão do empresariado gaúcho sobre a baixa capacidade do Estado em promover investimentos em infra-estrutura e atender a sociedade através dos seus serviços de uma maneira minimamente satisfatória. Desse modo, estabeleceu-se um elo inicial entre os interesses imediatos das diferentes federações empresariais e a sociedade civil.

A consolidação da Agenda 2020 como espaço público é identificada através da atração tanto de setores da sociedade civil quanto do Estado para seus fóruns, dotando-os de legitimidade e relevância para incidir junto ao Governo do Rio Grande do Sul.

Numa reunião do Conselho de Administração da agência Pólo RS, logo no início dos anos 2000<sup>7</sup>, Jorge Gerdau Johampeter, o mesmo ator empreendedor da mobilização empresarial para fins de sensibilização do Congresso Nacional no sentido de aprovar o plano de desestatização da economia no ano de 1996 (DINIZ, 2010), registrou a seguinte indagação a seus pares: “Que Rio Grande do Sul nós queremos para 2020? Há alguma idéia, algum planejamento, alguma coisa, nesse sentido?”.

A ação empreendedora no mundo corporativo é entendida como a capacidade de transformação de conhecimentos e bens em novos produtos, ou seja, são idéias criativas que ajudam a produzir coisas

<sup>7</sup> Entrevista com o informante 3.

novas, novos cenários. Fligstein (2009) identifica nessa caracterização a ação hábil capaz de mobilizar outros agentes dentro dos mesmos campos de interesse e eventualmente, agentes que atuam em outros campos ou com interesses diferentes.

Conforme indicado em entrevista, a provocação feita por Jorge Gerdau, o conselho de administração da Pólo RS passou a considerar a importância de envolver a sociedade civil de modo que a iniciativa fosse associada tanto ao ideal da representatividade (em razão disso buscou-se pela participação da sociedade através de seus líderes<sup>8</sup>), como a aproximação com o princípio da democracia participativa (Relatório da Agenda, 2009).

A idéia de chamar a sociedade civil tem origem na intenção de convocar os líderes, produzir diagnósticos e soluções para superação de entraves ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, aproveitando o potencial positivo que representa a interlocução com a sociedade civil e evitando disseminar a idéia de que tratava-se de um movimento de interesse eminentemente empresarial<sup>9</sup>.

Se num primeiro momento as questões convergiam, dado o objetivo da atividade inicial, de construção de um balanço/diagnóstico da situação atual do Estado do Rio Grande do Sul, os consensos foram construídos mediante superação de propostas de alto poder de divisão, não entre os diferentes setores empresariais ali representados, mas com agentes de outros segmentos, destinatários do assédio empresarial em favor da formulação de uma agenda de desenvolvimento para o Estado.

O interesse das federações empresariais no processo de articulação de suas pautas com a sociedade civil correspondem a uma nova etapa nas relações sociais estabelecidas entre Governos, Sociedade Civil e Mercado. É nesse novo contexto, que atores hábeis procuram dedicar suas capacidades empreendedoras para, no âmbito da articulação política, promover um ambiente de cooperação em dois tempos. Retomando o diálogo com a contribuição de Fligstein (2009), primeiramente projeta-se uma identidade comum, no segundo a afirmação de interesses que perpassem o conjunto dos atores envolvidos e com o que haja um elo visível, que dê liga entre os participantes.

### **A posição das Federações empresariais**

A FIERGS e a FEDERASUL compreendem a representação empresarial mais dinâmica e mais envolvida com os temas vinculados a agenda de uma nova economia. De sua parte, a integração da economia gaúcha ao Mercado Global está intimamente vinculada à capacidade do Estado em diminuir o custeio de suas operações, especialmente aqueles destinados à cobertura do déficit da Previdência. A drenagem desses recursos para a educação e investimentos em infra-estrutura criariam uma espécie de efeito cascata, com implicações nos custos de produção e qualificação dos trabalhadores.

Por seu turno, a FARSUL admite identidade com a pauta principal da FIERGS e FEDERASUL, embora mostre nítido contraste quando apresenta suas demandas em oposição ao presumido ativismo ambiental instalado nas repartições públicas. Entretanto, suas reivindicações por maiores investimentos na FEPAGRO, na assistência técnica aos produtores rurais, a remeta também para um reconhecimento de que seus processos produtivos possam ser dotados de maior eficiência.

Em relação à FECOMERCIO, a pesquisa ficou prejudicada de uma interlocução direta com a diretoria da federação. Contudo, admite-se, com base no estudo de suas contribuições a partir da assessoria e notas técnicas dirigidas ao debate sobre redução da jornada de trabalho, que suas reivindicações encontram respaldo principalmente na FIERGS e FEDERASUL. Há um alinhamento

---

<sup>8</sup> Entrevista com o informante 3.

<sup>9</sup> Entrevistas com os informante 1, 3, 4 e 6.

em relação à contrariedade a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salários entre essas três federações, ainda que essa não seja uma posição da Agenda 2020.

Constata-se, portanto, que a Agenda 2020 é uma condensação de propostas reunidas por diferentes segmentos empresariais e que elas destinam-se essencialmente ao poder público. Essas propostas partem de um diagnóstico elaborado a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas, mas que envolvem também a participação de setores da sociedade civil.

As linhas gerais do diagnóstico que subsidia a elaboração de propostas da Agenda 2020 se sustentam em consultorias e estudos das assessorias técnicas das quatro federações empresariais. Embora não seja notabilizada pela exigência de investimentos em educação, ciência e tecnologia, a FARSUL foi responsável por uma das maiores delegações no encontro fundante da Agenda 2020. Essa delegação ofereceu como diagnóstico ao conjunto das demais representações empresariais e entidades da sociedade civil a ideia de que a política ambiental carece de critérios técnicos e ampara-se em ativismo ambientalista, não na pesquisa científica propriamente. Não há registros de contrariedade a esse diagnóstico.

A condensação das propostas que corresponde a contribuição de empresários e sociedade civil seguiu o seguinte roteiro: formação de uma identidade a partir de um diagnóstico comum, apresentação de propostas, delimitação do que seriam os consensos possíveis, e por fim, apresentação de mapas estratégicos. Os temas sob os quais não haveria possibilidade de se imporem pelo consenso, acabaram de fora dos relatórios de propostas.

Considerando a conjuntura atual, de fortalecimento da posição e estabilidade dos Estados (enquanto entes nacionais e subnacionais) em relação ao Mercado, medidas como as privatizações acabariam por fortalecer uma agenda de confrontos, bastante afeito ao momento histórico sob o qual foram desenvolvidas políticas de ajustes estruturais (STIGLITZ, 2001), e mais especificamente, o período em que campeou no Brasil e no Rio Grande do Sul o processo de modernização econômica marcado pela atração de investimentos estrangeiros e privatização de instituições estatais (CADONÁ, 2009; DINIZ, 2010).

A reprodução de mecanismos de desenvolvimento sujeitos a interesses empresariais *stricto sensu*, a rigor, não foi constatada no âmbito do presente trabalho. A presença de importantes segmentos da sociedade civil confere à Agenda 2020 a condição de espaço público plural, embora não haja representação de entidades de trabalhadores bastante representativas, como é o caso da CUT e do CPERS Sindicato.

A presença da sociedade civil deve ser tomada como representativa da capacidade de atração exercida pelas federações empresariais. Foram elas que iniciaram o processo; foram seus principais assessores e dirigentes executivos que procederam com a mobilização verificada nos anos de 2007 e 2008. Diferentemente da opinião do Informante 3, que em sua entrevista afirmou que “no Brasil, empresário é mal visto”, constata-se exatamente o contrário. A Agenda 2020 parece a expressão de que as iniciativas empresariais, dirigidas à construção de espaços públicos mais amplos do que aqueles tradicionais de articulação empresarial, têm muito mais eficácia do que as tratativas de bastidores (CADONÁ, 2009) que, via de regra, prestigiam apenas seletos grupos de empresários.

As três federações empresariais de âmbito urbano, FIERGS, FEDERASUL e FECOMERCIO, adotam no plano da imagem de suas empresas compromissos com a agenda da sustentabilidade, e em alguns casos, adotando programa de educação ambiental entre seus funcionários, conforme verificado em documento da CNI. Em relação à FARSUL, verifica-se um certo desconforto com as exigências ambientais, embora a ação política da federação tenha adquirido uma perspectiva de maior cooperação com o poder público. No mesmo período e processo histórico analisado por Cadoná (2009), no qual se



dedica sobre a ação empresarial da FIERGS no chamado *caso FORD*<sup>10</sup>, a FARSUL lançou mão de pesadas críticas ao então Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, identificando-o como adversário do agronegócio e amigo da Via Campesina.<sup>11</sup>

Há, portanto, correspondência entre tipos de setores e interesses empresariais nos projetos de desenvolvimento econômico e social, embora agentes empresariais ligados a setores produtivos mais dinâmicos ou mesmo novos setores econômicos (mais intensivos em conhecimento, tecnologia e inovação) assumam o protagonismo dessa articulação empresarial de novo tipo.

A valorização da interação e colaboração entre diferentes agentes sociais é representativa de um tipo de ação empreendedora, exatamente como sugerido por Fligstein (2009). O caminho da participação social e construção de espaços mais amplos entre empresários e sociedade civil é uma opção admitida por todas as federações empresariais. As liberdades econômicas, políticas e civis consideradas como elementares na conjuntura atual, aliadas às preocupações com meio ambiente, direitos humanos e trabalho decente, compõem um conjunto de premissas assimiladas em maior ou menor medida por todas as federações, ainda que sobre a dimensão do meio ambiente a FARSUL apresente suas reservas. Sobre isso, é possível afirmar que a rejeição à agenda da sustentabilidade é mitigada por uma ação discreta, de baixa intensidade, dirigida ao corpo técnico da SEMA, e pela ausência de regramentos claros.

Agentes empresariais ligados a setores mais tradicionais, tanto da indústria quanto do campo, alimentam a idéia de que é possível reproduzir os processos socioeconômicos característicos do desenvolvimentismo de tipo asiático. Nesse aspecto de sua contribuição ao debate sobre desenvolvimento, parecem desconhecer que nos Tigres Asiáticos o modelo social de seus respectivos Estados, com exceção do Japão, não equivalia a uma democracia política, tal como a temos, com suas debilidades é claro, no Brasil.

A articulação empresarial verificada na Agenda 2020 remete ainda a uma ideia embrionária de projeto destinado a produzir crescimento econômico em consonância com a capacidade de assimilação de possíveis novos empreendedores. A falta de uma cultura empreendedora, de facilidades no acesso a crédito, de benefícios fiscais e de condições gerais de inserção na ultra competitiva nova economia, no entanto, acaba por limitar a amplificação desse ideal.

Essa nova arquitetura institucional inaugurada no Rio Grande do Sul permite a valorização de conceitos como *capital social* e da *capacidade de agência* dos atores envolvidos nos processos de integração de setores produtivos à agenda do Paradigma Informacional de economia.

## Considerações finais

Como antes referido, o estudo examina os meios e os efeitos da ação empresarial na formulação de uma agenda para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, identificando-se proposições gerais e pontuais originadas entre diferentes representantes do empresariado e sua influência na consolidação de opiniões sobre desenvolvimento econômico entre diferentes atores sociais envolvidos na “Agenda 2020”. Como conclusão mais geral da análise, pode-se referir que a liderança e a habilidade de certos agentes empresariais (Fligstein, 2009) foi o meio que tornou possível convencer setores e grupos econômicos e sociais com interesses diversos sobre temas e ações de desenvolvimento econômico. Ademais, esse esboço de amarração de interesses e posições acaba implicando: a) no predomínio de posições de setores empresariais, b) em um tipo de ação política empresarial mais atenta

---

<sup>10</sup> Ver mais em Cadoná (2009).

<sup>11</sup>(INSTITUTO HUMANITAS ..., 11 jun 2012).

ao jogo democrático, e c) na mudança e mesmo recuo ou abrandamento de certas posições empresariais no contexto da diversidade de interesses existentes numa iniciativa desse tipo.

O exemplo da articulação entre os empresários gaúchos para construir o espaço da Agenda 2020 é representativo de uma nova estratégia de ação social do empresariado. Nesse aspecto, constata-se que há um entendimento geral relativamente coeso sobre as imposições da vida democrática do país e, mais importante do que isso, da necessidade em promover interações com diferentes setores da sociedade para conferir legitimidade para a formulação de projetos de desenvolvimento.

A combinação de interesses entre campo empresarial e sociedade civil reflete uma nova modelagem institucional para os fóruns destinados a debater o desenvolvimento. Diferentemente do modelo indutor, pautado pelas imposições das chamadas tecnoburocracias especializadas (NUNES, 1997), a articulação empresarial levada a termo na Agenda 2020 promove um arranjo que a permite condensar entendimentos e diagnósticos sobre as políticas que precisam ser adotadas, para só então levá-las ao conhecimento do Estado. Embora sejam participantes formais dos espaços da Agenda, a representação das instituições de Estado não assume maior relevância no âmbito da elaboração das propostas que serão destinadas a qualquer que seja o ente federativo (Estado ou Município).

Entretanto, as correlações entre as propostas e posições entre as federações nas dimensões de análises presentes nesta pesquisa não invalidam uma perspectiva particular a cada uma das federações. O conceito de habilidade social (FLIGSTEIN, 2009) permitiu a identificação dos principais agentes empreendedores no processo de construção da Agenda 2020.

Protagonizado por instituições privadas, esse espaço público não produziu, no entanto, uma reflexão sobre suas próprias deficiências, sem identificar de maneira objetiva onde e como os agentes empresariais podem contribuir para, a título de comparação com os países de maior presença na economia informacional (vide tabelas do capítulo 2), aumentar seus próprios investimentos em inovação tecnológica. Suas reivindicações, em grande maioria, remetem-se às obrigações do Estado, sem desenvolver a contrapartida do campo dos empresários.

A construção de consensos, amparada na formação de identidades coletivas sólidas, sobretudo na elaboração de diagnósticos com base em dados e estudos técnicos produzidos pelas federações empresariais, permitiu a consolidação desse espaço público. A desistência pela pauta das privatizações, por um lado, justifica-se pela necessidade de buscar apoio entre setores mais amplos da sociedade, mas, por outro, fundamenta-se evidentemente pela imperiosa necessidade de um Estado forte, num ambiente econômico marcado por incertezas e instabilidade dos chamados mercados globais, e pela falta de investimentos inteligentes, num país de estrutura econômica muito desigual e de formação de agentes empresariais que atuavam em parceria com o Estado, de modo que se beneficiaram de todos os momentos em que ele incidu no planejamento econômico.

A maior parte da agenda empresarial, ou dos empresários, é dirigida ao Estado, no sentido de orientar as políticas fiscais, de investimentos, e as políticas educacionais. Entretanto, configura-se o uso do ideal da esfera pública e do espaço público para cercar as reivindicações como parte de um interesse comum, para além do mundo corporativo, ou como se queira, do mundo produtivo.

A rodada atual da conjuntura não pode deixar de considerar o Estado como parte fundamental na organização econômica da sociedade, visto que a falência dos modelos mercadocentristas reafirma a necessidade do controle social sobre as atividades do mercado.

## **Bibliografia**

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro : Graal, 1992.

- CADONÁ, Marcelo. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990**. Florianópolis, UFSC, 2009. P. [18]
- COSTA LIMA, Raphael Jonathas. **A Metáfora do Capital Social e o Desenvolvimento Regional**. GT de Sociologia Econômica, XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, UFRJ 2009.
- CASTELLS, Manuel. **Era da Informação 3: Fim de Milênio**. São Paulo. Paz e Terra, 1999. Capítulo 4, página.
- FLIGSTEIN, Neil. **Habilidade Social e a Teoria dos Campos**. In: Martes, Ana Cristina Braga (Org.) *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos. Edufscar, 2009. P 69-106.
- GARCIA, Sandro. O Global e o local: o novo pólo automobilístico de Gravataí e suas implicações sociais e políticas. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- GUIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUIMARÃES, Nádia Araujo; MARTINS, Scott (Org.). **Competitividade e Desenvolvimento**. São Paulo, SP. Editora SENAC 2001.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Zoneamento ambiental do RS: um faz-de-conta**. Entrevista especial com Paulo Brack. São Leopoldo, 23 abr 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/13391-zoneamento-ambiental-do-rs-um-faz-de-conta-entrevista-especial-com-paulo-brack>. Acesso em: 9 jun 2012.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Porto. Portucalense, 1971.
- \_\_\_\_\_. O Poder, o Estado e o Socialismo. São Paulo. Paz e Terra, 2000. P. [26-33], [91-115], [165-204].
- RELATÓRIO, Agenda 2020. Porto Alegre, 2009. Disponível em: [www.agenda2020.org.br](http://www.agenda2020.org.br) – Acesso em 29/05/2011.
- STIGLITZ, Joseph. A globalização e seus Malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002. Ver em introdução e capítulos 1 e 2.